Teologia

MORTARI, L., **Consacrazione Episcopale e Collegialità.** Ed. Vallechi. 1 vol. de XVII + 160 ps. 220×145. Firenze 1969.

A eleição e sagração dos Bispos foi um problema muito importante desde os tempos apostólicos, pois a comunidade cristã tinha a plena consciência de que o Bispo era o guarda do depósito da Fé, sucessor dos Apóstolos e participante do sacerdócio de Cristo.

O Autor faz um estudo muito completo sobre a praxe da Igreja na escolha e sagração dos Bispos; explica a razão da participação de vários Bispos na sagração do novo sucessor dos Apóstolos e do rito tão solene da imposição das mãos, que, como afirma S. João Crisóstomo, «não é mais do que o sinal da intervenção de Deus, que tudo realiza. É, na realidade, a mão de Deus que se põe sobre aquele que é ordenado».

O Autor faz um estudo exaustivo sobre a praxe da Igreja desde os séc. III até ao princípio do séc. VI. Analisa, minuciosamente, o que dizem os Padres e escritores eclesiásticos sobre este importante problema, salientando como um dos poderes do Bispo, o de ordenar sacerdotes.

Mostra como a legislação conciliar entre o séc. IV e VI, a partir de Niceia, é unânime em requerer a pluralidade dos Bispos para sagrar um novo Bispo.

Geralmente eram três, porque a sagração episcopal não é um acto puramente pessoal pelo qual um indivíduo comunica a outro o seu poder. É um acto colectivo «do corpo episcopal que agrega o novo eleito à ordem dos Bispos». Entra nesta ordem e, com os seus colegas, assegura a estabilidade e o crescimento do Corpo de Cristo, que é a Igreja.

Este estudo vem completar a doutrina da sacramentalidade e colegialidade tão estudada, sobretudo depois do Vaticano II, pois há bastantes livros sobre estes problemas, depois dos séc. VII, mas eram menos frequentes os autores, que se debruçaram sobre a praxe da Igreja primitiva.

O estudo deste livro ajuda a compreender melhor a posição do Bispo, o seu papel na Igreja e a necessidade da união dos sacerdotes no presbitério.

A edição é muito boa. O bom índice alfabético, no fim do volume, ajuda a consultar, com facilidade este estudo, que é o n.º 4, da importante colecção «Testi e richerche di Scienze religiose» publicada pelo Istituto per le Scienze religiose di Bologna.

José Arieiro

RODRÍGUEZ, P., **Iglesias Particulares y Prelaturas Personales.** Ed. EUNSA. 1 vol. de 25 2ps. 240×160. Pamplona 1985.

As Prelaturas pessoais constituem uma novidade institucional do Código de Direito Canónico de 1983 relativamente ao de 1917. A presente obra é a primeira monografia que aparece sobre esta figura jurídica. A condição do seu autor — teólogo e Director do Departamento de Eclesiologia da Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra — é enriquecedora, pois se é certo que se trata de uma figura criada pelo Direito, não se pode esquecer que a sua origem foi propiciada no contexto da renovação eclesiológica e pastoral empreendida pelo Concílio Vaticano II.

Partindo de um estudo pormenorizado das fontes, o Prof. Pedro Rodríguez vai mais além da regulação jurídica para se interrogar acerca da razão de ser e da natureza das Prelaturas pessoais no seio da «communio» que é a Igreja Católica, e em relação com as Igrejas Particulares.

Na primeira parte, orienta a sua investigação na perspectiva histórico-teológica da regulação das Prelaturas pessoais desde o Concílio até ao Código de 1983; e, na segunda, centra-se na consideração sistemático-teológica desta instituição, para assinalar a sua natureza teológica e a sua função na Igreja. À luz da teologia conciliar sobre a Igreja, o autor perfila as Prelaturas pessoais como instituições de direito eclesiástico pertencentes à constituição hierárquica da Igreja, e diferentes — pela sua natureza teológica e canónica — das Igrejas Particulares.

Acrescentam-se, como Apêndices, os documentos principais que serviram de suporte à investigação, e — ao longo do trabalho — apresenta-se uma relação completa da bibliografia sobre esta figura jurídica e sobre a erecção do Opus Dei como primeira Prelatura pessoal, pela Constituição Apostólica Ut sit, *de 28 de Novembro de 1982.*

Antes de terminar esta apresentação desta importante monografia, parece-me oportuno, para melhor informação do leitor, indicar mais em pormenor o seu conteúdo. Assim, na introdução, indicam-se as relações entre o teólogo e a lei canónica, a importância do livro II do novo Código (De Populo Dei) *e a posição das Prelaturas pessoais no* De Populo Dei.

A primeira parte, sobre as Prelaturas pessoais na perspectiva histórico-teológica, consta de dois capítulos: I. As disposições do Concílio Vaticano II e o seu desenvolvimento pós-conciliar; II. O novo Código e a história da sua redacção. Por sua vez, a segunda parte, com o título «Consideração sistemático-teológica das Prelaturas pessoais», divide-se em três capítulos: I. (é o cap. III da obra). A natureza teológico-canónica das Prelaturas pessoais segundo os cânones que as regulam. II. (é o cap. IV da obra). Igreja universal e Igrejas Particulares. III. (é o cap. V da obra). As Prelaturas pessoais na estrutura da Igreja.

Em resumo, estamos perante um profundo estudo que, partindo da história e do direito, sabe mostrar a riqueza do substrato teológico oferecido pela eclesiologia do último Concílio.

Edições Theologica está a preparar a edição em português desta importante obra e espera publicá-la ainda durante o ano corrente. Está de parabéns EUNSA e a Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra por mais este contributo para o progresso dos estudos teológico-canónicos.

José A. Marques

História da Igreja e História da Teologia

COSTA, Avelino de Jesus da, **A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII.** Ed. Theologica. 1 vol. de 364 ps. 245×175. Braga 1984.

«Gone with the wind»! *Com licença do livro célebre deste título e do filme que divulgou a ambos, no respeitante à Biblioteca e Tesouro da Catedral bracarense inventariados neste texto seria decerto a exclamação geral mais apropriada à realidade se felizmente Santa Maria de Braga não possuísse, desde 1930, por Decreto de 25 de Março, um «tesouro opulento», conquanto «mais pela extrema raridade ou grande valor real e artístico de algumas das suas peças do que pelo elevado número» delas, várias das quais «pertencem a entidades e indivíduos particulares», como esclarece (p. 41) o douto Autor, que dispensa apresentação, tal a gama das suas obras e a vastidão das suas investigações.*

Ainda em 1983 publicara A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos sécs. XI a XVI. *Braga, porém, com o excepcional museu de arte sacra que já guardou intra-muros, a par de uma biblioteca ciosa dos seus 98 manuscritos e 183 incunábulos superando em textos de clássicos latinos e gregos, e bem assim nos de Direito Canónico e Civil, as dos mosteiros de Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra, postulava desde há muito um estudo semelhante que nos desse tudo isso a conhecer.*

O presente volume, compacto e extraordinariamente informativo, começa por uma erudita introdução acerca da biblioteca catedralícia focando a sua origem, as doações e proveniência dos livros, as falhas nos inventários, os autores e matérias, desde os clássicos greco-latinos aos padres, doutores e escritores da igreja, aos canonistas e civilistas, aos autores de arte, história, medicina, astronomia, até aos humanistas e pedagogos; seguindo-se a abordagem do tesouro, ri-

Biblioteca Virtual Josemaría Escrivá de Balaguer y Opus Dei